



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CASCA/RS

PROCESSO SELETIVO DE ESTUDANTES PARA O QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

NÍVEL MÉDIO OU EQUIVALENTE

EDITAL SIMPLIFICADO Nº 01/2021 – CASCA

O **PROMOTOR DE JUSTIÇA DA PROMOTORIA DE CASCA**, responsável pelo processo seletivo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Provimento nº 66/2011-PGJ-RS, e com base no Regulamento do Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, **RESOLVE**:

TORNAR PÚBLICO que estarão abertas as inscrições para o processo seletivo de estagiários de nível médio ou equivalente para atuarem junto à **Promotoria de Justiça de Casca**.

1. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTO

Cronograma de atividades	Datas Previstas
Período de inscrições	De 07/01/2021 à 14/01/2021
Publicação da homologação das inscrições e divulgação do local de realização da prova	15/01/2021
Aplicação da prova dissertativa (redação)	19/01/2021
Divulgação do resultado da prova dissertativa e da relação dos candidatos habilitados à entrevista, bem como das datas da realização das entrevistas e da publicação do resultado e da classificação final.	a ser divulgado
Realização das entrevistas	a ser divulgado
Publicação do resultado e da classificação final	a ser divulgado

1.1 Todas as instruções e avisos relativos ao presente processo seletivo serão divulgados por meio de Edital afixado na entrada do prédio sede da Promotoria de Justiça, localizada na Rua Vitorino Monteiro, nº 458, bairro centro, Casca/RS e no site do MP/RS na internet (www.mp.rs.gov.br)

Promotoria de Justiça de Casca
Rua Vitorino Monteiro, 458 - CEP 99260000 - Casca, RS, Fone (54)33471255 e-mail:
mpcasca@mprs.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

1.2 As datas constantes no cronograma de atividades poderão ser modificadas mediante prévio aviso, por meio de Edital, disponibilizado no endereço mencionado no item anterior.

2. DOS REQUISITOS PARA A INSCRIÇÃO

2.1 Poderão participar do presente Processo Seletivo somente os alunos devidamente matriculados no curso de nível médio ou equivalente e que estejam cursando o 1º ou o 2º ano do ensino médio no ano de 2021 em instituições de ensino devidamente conveniadas com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

2.1.1 A relação completa das instituições de ensino conveniadas encontra-se disponível no local de inscrições e no sítio do Ministério Público na internet (www.mp.rs.gov.br/concursos).

2.2 O candidato deverá estar devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, bem como possuir, no mínimo, 16 (dezesesseis) anos de idade e estar cursando o 1º ano do ensino médio.

3. DAS VAGAS

3.1 Este Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de 01 (uma) vaga de estágio junto à Promotoria de Justiça de Casca, bem como à formação de cadastro de reserva para vagas que venham a surgir na vigência deste Processo Seletivo.

3.2 A carga horária do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, cumpridas no turno diurno.

3.3 O valor a ser pago a título de bolsa-auxílio, por hora efetivamente comprovada, é de R\$ 4,88 (quatro reais e oitenta e oito centavos), acrescido de auxílio-alimentação, à razão de R\$ 11,00 (onze reais) e auxílio-transporte, à razão de R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos), ambos por dia de efetivo exercício do estágio, a serem pagos juntamente com a bolsa-auxílio do período.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições ao processo seletivo estarão abertas no período de **07 de janeiro de 2021 a 14 de janeiro de 2021, e serão realizadas, exclusivamente, na Promotoria de Justiça de Casca**, localizada na Rua Vitorino Monteiro, nº 458, centro, em Casca, fone (54) 3347-1255, **das 13 horas às 18 horas.**

Promotoria de Justiça de Casca
Rua Vitorino Monteiro, 458 - CEP 99260000 - Casca, RS, Fone (54)33471255 e-mail:
mpcasca@mprs.mp.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

4.2 A inscrição será formalizada mediante a entrega de:

4.2.1 Formulário Padrão de Inscrição (fornecido no local);

4.2.2 cópia do documento oficial de identidade com foto;

4.2.3 cópia do boletim escolar, o qual deverá incluir todas as disciplinas cursadas e o respectivo desempenho obtido em cada uma delas.

4.3 Serão aceitas inscrições por procuração, sem a necessidade de reconhecimento de firma, assumindo o candidato total responsabilidade pelas informações prestadas pelo seu procurador.

4.4 O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova deverá declará-lo no Formulário Padrão de Inscrição, no espaço reservado para esse fim, para que sejam tomadas as providências necessárias com antecedência.

4.5 É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e-mail) e telefones atualizados para viabilizar os contatos necessários.

4.6 A inscrição implicará conhecimento das normas regentes do presente certame e aceitação das regras e condições de sua realização.

5. DAS PROVAS

5.1 O processo seletivo será realizado, preferencialmente, nas datas constantes no Cronograma de Atividades e será aplicado a todos os candidatos que tenham suas inscrições homologadas.

5.2 O processo seletivo será composto de: **i)** uma prova dissertativa, na forma de redação, abordando tema de conhecimentos gerais, na qual serão avaliados o domínio do assunto proposto, a argumentação empregada e as aptidões de escrita do candidato (boas construções sintáticas, uso de palavras adequadas e relações coerentes entre os fatos, argumentos e palavras), de no máximo 20 (vinte) linhas, no valor de 50 (cinquenta) pontos; e **ii)** entrevista pessoal com o Promotor de Justiça, que avaliará o candidato quanto à vida pregressa, experiência profissional, qualidades pessoais e capacidade de comunicação, assim como outros fatores que julgar conveniente e relacionados, sempre, à atividade de estágio que será executada e avaliação curricular, no valor de 50 (cinquenta) pontos. A prova dissertativa e a entrevista somarão o valor total de 100 (cem) pontos.

5.3 A prova dissertativa e a entrevista serão realizadas, preferencialmente, nas datas e horários constantes no cronograma de atividades previsto, em local a ser posteriormente divulgado.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

5.4 O tempo de realização da prova dissertativa será de 02 (duas) horas e o candidato deverá apresentar-se portando comprovante de inscrição, documento oficial de identidade com foto e caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

5.5 Durante a realização da prova não será permitida consulta a obras de qualquer espécie.

6. DO PROGRAMA

6.1 A Prova Dissertativa, no formato de redação, tratará de tema de conhecimentos gerais a ser escolhido e divulgado no momento da aplicação da prova.

7 DA CLASSIFICAÇÃO E DO RESULTADO

7.1 A Prova Dissertativa terá caráter eliminatório e classificatório, pois apenas os candidatos que obtiverem, no mínimo, metade dos pontos possíveis em tal prova, restarão aprovados e serão convocados para a entrevista.

7.2 A classificação será efetuada por ordem decrescente do total de pontos obtidos pelos candidatos.

7.3 Em caso de empate na classificação terá preferência o candidato de maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

7.4 O resultado final do processo seletivo será divulgado no local indicado no item 1.1 na data prevista no Cronograma de Atividades.

8. DA CONVOCAÇÃO

8.1 A convocação será realizada por meio do e-mail informado pelo candidato no momento da inscrição, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação.

8.2 O candidato convocado deverá comparecer no local informado no ato de convocação nos 5 (cinco) dias subsequentes à data de encaminhamento do e-mail de convocação mencionado no item anterior, para manifestar seu interesse pela vaga. Após transcorrido esse prazo, o candidato será considerado desistente do processo seletivo.

8.3 No caso do candidato convocado não atender ao disposto no item anterior ou, se atender, recusar a vaga, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

8.4 É responsabilidade do candidato comunicar, por meio escrito, a alteração do endereço eletrônico (e-mail) sob pena de desclassificação do processo seletivo decorrente do não atendimento à convocação formulada por meio do citado endereço eletrônico.

9. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

9.1 Para investidura no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato deverá:

9.1.1 estar regularmente matriculado em instituição de ensino credenciada pelo Ministério Público;

9.1.2 possuir idade mínima de 16 (dezesseis) anos completos;

9.1.3 apresentar certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, quando maior de 18 (dezoito) anos;

9.1.4 comprovar, por meio de atestado médico, a aptidão para o desempenho do estágio, conforme determina o art. 16 da Resolução nº 42 do CNMP;

9.1.5 não ter esgotado o tempo máximo de estágio no âmbito do Ministério Público, no caso da readmissão de estudante;

9.1.6 não estar exercendo atividades relacionadas com a advocacia e com funções judiciárias e policiais, bem como atividades de juiz leigo e de conciliador dos Juizados Especiais;

9.1.7 inexistir impedimento por parte da instituição de ensino à prática do estágio curricular.

9.2 É vedada ao estagiário a realização de estágio sob orientação ou supervisão, diretamente subordinado a membros do Ministério Público ou a servidor investido em cargo de assessoramento, chefia e direção que lhe seja cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau, inclusive.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 A aprovação não gera direito à contratação do candidato, podendo ser realizada, ou não, conforme a necessidade, a conveniência e a oportunidade, a critério do responsável pelo processo seletivo, observada sempre a disponibilidade de vaga.

10.2 A contratação, sem vínculo empregatício, dar-se-á com a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio, firmado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, o estagiário e a instituição de ensino conveniada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.3 Documentos a serem apresentados para o ingresso no Programa de Estágios do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul:

10.3.1 Formulário Cadastral, nos termos do modelo constante no ANEXO III do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

10.3.2 Atestados de matrícula e semestralidade, originais e atualizados, fornecidos pela instituição de ensino;

10.3.3 Documento original fornecido pela instituição de ensino, informando a relação das disciplinas matriculadas;

10.3.4 Formulário de Declaração de Conta-corrente no Banrisul, nos termos do modelo apresentado no ANEXO IV do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

10.3.5 certidão negativa criminal da Justiça Comum Estadual e Federal, para estudante maior de 18 (dezoito) anos;

10.3.6 Fotocópia do documento oficial de identidade;

10.3.7 Fotocópia do CPF;

10.3.8 Formulário de Declaração de Bens, nos termos do modelo constante no ANEXO V do Provimento nº72/2009-PGJ-RS;

10.3.9 Atestado médico que comprove a aptidão para a realização do estágio;

10.3.10 01 (uma) foto 3x4 recente;

10.3.11 Fotocópia do documento oficial de identidade do responsável legal, para estudante menor de 18 (dezoito) anos.

10.4 Os documentos referidos nos itens “10.3.1”, “10.3.2”, “10.3.3”, “10.3.4”, “10.3.5”, “10.3.8” e “10.3.9” somente serão aceitos se originais, sendo vedada a apresentação de documentos emitidos pela Internet, salvo aqueles que possuam código de autenticidade eletrônica.

10.5 Os documentos mencionados nos itens “10.3.1”, “10.3.4” e “10.3.8” deverão ser firmados pelo responsável legal do estudante menor de 18 (dezoito) anos, cuja identificação será comprovada por meio do documento solicitado no item “10.3.11”.

10.6 Os formulários citados no item 10.3 serão fornecidos pelo responsável pelo processo seletivo no momento da contratação.

10.7 A não apresentação de qualquer um dos documentos relacionados no item 10.3, a incompatibilidade destes com as informações prestadas no Formulário Padrão de Inscrição ou o não cumprimento dos requisitos previstos no item 10.1, levará a eliminação do candidato do processo seletivo.

10.8 Será considerado desistente o candidato convocado que não apresentar os documentos mencionados no item 10.3 no prazo de 15 (quinze) dias da manifestação do interesse pela vaga.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

10.9 Transcorrido o prazo estabelecido no item anterior, será providenciada a convocação do próximo candidato da lista de classificação.

11. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

11.1 Este processo seletivo terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de divulgação do resultado final.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todas as instruções, convocações e avisos relativos ao presente processo seletivo.

12.2 A aprovação e a classificação nesse processo seletivo geram para o candidato apenas expectativa de direito à contratação.

12.3 Os casos omissos serão dirimidos com a apresentação de requerimento escrito dirigido ao responsável pelo processo seletivo.

Casca/RS, 07 de janeiro de 2021.

RAFAEL DE LIMA
RICCARDI:97896
675072

Assinado de forma digital por RAFAEL DE LIMA
RICCARDI:97896675072
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita
Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A3,
ou=VALID, ou=AR CCS CERTIFICADORA,
ou=23864331000175, cn=RAFAEL DE LIMA
RICCARDI:97896675072
Dados: 2021.01.07 16:39:46 -03'00'

RAFAEL DE LIMA RICCARDI,
Promotor de Justiça.

Promotoria de Justiça de Casca
Rua Vitorino Monteiro, 458 - CEP 99260000 - Casca, RS, Fone (54)33471255 e-mail:
mpcasca@mprs.mp.br